



ESTADO DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	195.261.968,56	157.055.923,08
TAXAS	195.261.968,56	157.055.923,08
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	195.261.968,56	157.055.923,08
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	19.248.896,16	8.622.478,52
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19.248.896,16	8.622.478,52
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19.248.896,16	8.622.478,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	22.217.081,70	5.094.636,95
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.217.081,70	5.094.636,95
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.217.081,70	5.094.636,95
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	223.155.162,51	167.771.667,70
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	223.155.162,51	167.771.667,70
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	223.155.162,51	167.771.667,70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.716.221,79	920.489,47
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.716.221,79	920.489,47
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.014.148,34	920.489,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	702.073,45	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	461.599.330,72	339.465.195,72



ESTADO DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	111,00	234,00
ENCARGOS PATRONAIS	111,00	234,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	111,00	234,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	80.545.625,32	83.167.812,53
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.762.996,87	-
CONSUMO DE MATERIAL	3.762.996,87	-
SERVIÇOS	76.782.628,45	83.167.812,53
DIÁRIAS	557.286,40	213.630,39
SERVIÇOS TERCEIROS - PF	4.694.286,88	2.587.062,02
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	71.531.055,17	80.367.120,12
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	259.659.936,83	187.265.881,31
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	259.659.936,83	187.265.881,31
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	259.659.936,83	187.265.881,31
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	276.450,00	3.994.453,59
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	276.450,00	3.994.453,59
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	276.450,00	3.994.453,59
TRIBUTÁRIAS	65.135,00	35.670,39
CONTRIBUIÇÕES	65.135,00	35.670,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	65.135,00	35.670,39
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.981.892,84	20.127.191,07
INCENTIVOS	928.246,21	627.834,38
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO	928.246,21	627.834,38
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.053.646,63	19.499.356,69
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	22.053.646,63	19.499.356,69
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	363.529.150,99	294.591.242,89
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	98.070.179,73	44.873.952,83



ESTADO DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
Incorporação de Ativo	15.753.162,97	7.238.603,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO -
FERJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO.

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ foi criado pela lei complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, do Estado do Maranhão, e regulamentado pela resolução nº 02/2001-TJ.

As atividades deste Fundo estão diretamente relacionadas à sua missão institucional que é a de prover o Tribunal de Justiça de recursos orçamentários para reaparelhar e modernizar o Judiciário maranhense.

Para atingir seu desiderato, o FERJ utiliza 100% (cem por cento) dos valores provenientes das custas e despesas processuais, da taxa judiciária, do preparo de recursos, das multas aplicadas ao espólio, das multas processuais cíveis e administrativas e das fianças; e 12% (doze por cento) dos emolumentos das serventias extrajudiciais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Maranhão - SIGEF e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei

Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado do Maranhão. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

1- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, segundo o MCASP, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	R\$					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	125.077.971,00	151.911.801,00	104.743.850,72	87.873.170,27	87.873.170,27	47.167.950,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.077.971,00	151.911.801,00	104.743.850,72	87.873.170,27	87.873.170,27	47.167.950,28
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	23.804.029,00	76.912.086,00	36.797.024,50	15.753.162,97	15.753.162,97	40.115.061,50
INVESTIMENTOS	23.804.029,00	76.912.086,00	36.797.024,50	15.753.162,97	15.753.162,97	40.115.061,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	148.882.000,00	228.823.887,00	141.540.875,22	103.626.333,24	103.626.333,24	87.283.011,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	148.882.000,00	228.823.887,00	141.540.875,22	103.626.333,24	103.626.333,24	87.283.011,78
SUPERAVIT (XIV)	-	-	96.926.805,76	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	148.882.000,00	228.823.887,00	238.467.680,98	103.626.333,24	103.626.333,24	87.283.011,78
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em relação à execução da despesa orçamentária de 2022, houve uma economia na realização de despesa no valor de R\$ 87.283.011,78, demonstrada pela despesa fixada maior que a despesa executada.

Do montante executado, foram inscritos R\$ 37.914.541,98 mil em Restos a Pagar não Processados, decorrentes de compromissos assumidos que não foram liquidados e pagos até o final do exercício, ficando com os saldos financeiros para execução no exercício seguinte.

As receitas arrecadadas referem-se basicamente à aplicação de um percentual sobre as receitas oriundas do recolhimento de custas e despesas processuais e as derivadas da taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais dos cartórios no território maranhense, bem como os rendimentos das aplicações financeiras e receita patrimonial do contrato com o Banco do Brasil.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	238.467.680,98	238.467.680,98
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	195.285.481,33	195.285.481,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	41.465.977,86	41.465.977,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	1.716.221,79	1.716.221,79
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	238.467.680,98	238.467.680,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	238.467.680,98	238.467.680,98
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	238.467.680,98	238.467.680,98

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Foi aberto no exercício o superavit do exercício anterior no valor de R\$ 79.941.887,00

O Resultado orçamentário de 2021 apresentou um superavit de R\$ 96.926.805,76

Foi adotado o Princípio da Competência para o registro das despesas e o regime de caixa para as receitas, de acordo com o que preceitua a Lei nº 4.320/64 em seu artigo 35 – “Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

E a execução orçamentária e financeira do órgão foi realizada dentro do exercício financeiro, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Art. 34 da lei nº 4.320/64 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

2- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, segundo o MCASP, demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO		
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64		
Período: Janeiro a Dezembro de 2022		
	R\$	
INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	238.467.680,98	172.413.722,26
Ordinária	1.070.388,35	920.489,47
Vinculada	237.397.292,63	171.493.232,79
Outras Vinculações de Recursos	237.397.292,63	171.493.232,79
Transferências Financeiras Recebidas (II)	223.155.162,51	167.771.667,70
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	223.155.162,51	167.771.667,70
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	46.640.518,36	51.571.119,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	37.914.541,98	42.112.423,10
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.725.976,38	9.458.696,54
Aplicações do RPPS	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	153.985.595,38	108.405.398,82
Caixa e Equivalente de Caixa	153.985.595,38	108.405.398,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	662.248.957,23	500.161.908,42

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

As receitas orçamentárias somaram R\$ 238.467.680,98, indicando o somatório dos recursos vinculados e não vinculados, e os ingressos extraorçamentários no valor de R\$ 37.914.541,98, indicam os valores inscritos em Restos a Pagar não Processado do exercício.

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)	141.540.875,22	144.879.702,67
Ordinária	-	397.400,60
Vinculada	141.540.875,22	144.482.302,07
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	35.937.182,79	28.116.330,96
Outras Vinculações de Recursos	105.603.692,43	116.365.971,11
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	223.256.064,30	166.609.241,73
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	223.256.064,30	166.609.241,73
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	45.045.918,69	34.687.368,64
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	36.370.303,45	25.214.721,59
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	20.805,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.675.615,24	9.451.842,05
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	-	-
Aplicações do RPPS	-	-
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	252.406.099,02	153.985.595,38
Caixa e Equivalente de Caixa	252.406.099,02	153.985.595,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	662.248.957,23	500.161.908,42

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

As despesas orçamentárias totalizaram R\$ 141.540.875,22 correspondente à despesa efetivamente empenhada no exercício.

O saldo de caixa, ou seja, o disponível para o exercício seguinte foi de R\$ 252.406.099,02, indicando um resultado financeiro, apurado da diferença entre a soma dos ingressos orçamentários e os extraorçamentários menos a soma dos dispêndios orçamentários e os extraorçamentários, ou calculado pela diferença entre o disponível atual e o disponível anterior, totalizou o valor de R\$ 98.420.503,64

Do montante de R\$ 223.155.162,51 das transferências recebidas o valor de R\$ 217.343.364,13, correspondente às transferências recebidas e concedidas, simultaneamente, ou seja, são valores que se anulam, por representar um valor que fora transferido dentro da mesma Unidade Gestora, apenas entre as contas bancárias da mesma unidade, e que no final não representam transferências efetivamente transferidas ou recebidas. Do saldo restante, R\$ 5.811.798,38 corresponde a transferências recebidas do fundo FERC (superavit de exercícios anteriores).

Do montante arrecadado no exercício, houve a dedução de receita pela transferência de parte da arrecadação para o Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, no valor de R\$ 5.912.700,17.

3- Balanço Patrimonial

O Balanço patrimonial, conforme MCASP, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do Patrimônio, bem como dos atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

3.1 – Ativo Circulante

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

		R\$	
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	252.406.099,02	153.985.595,38	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	252.406.099,02	153.985.595,38	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	252.406.099,02	153.985.595,38	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	252.406.099,02	154.262.045,38	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	
TOTAL DO ATIVO	252.406.099,02	154.262.045,38	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

As disponibilidades do FERJ são compostas por valores registrados em caixa, conta-corrente bancária e em aplicações financeiras. Os valores registrados em Caixa foram conciliados até 31/12/2022, podendo ser verificada na prestação de contas. As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, não havendo necessidade de tradução em moeda estrangeira por não ter transações em outras moedas, o valor em conta-corrente equivale a R\$ 252.406.099,02.

3.2 - Passivo e Patrimônio Líquido.

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	R\$	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.729,80	6.729,80
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	6.729,80	6.729,80
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	6.729,80	6.729,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.089.312,47	1.015.438,56
VALORES RESTITUÍVEIS	316.388,66	266.027,52
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	186.511,34	266.027,52
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	772.923,81	749.411,04
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	772.923,81	749.411,04
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.096.042,27	1.022.168,36
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
TOTAL DO PASSIVO NAO-CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	251.310.056,75	153.239.877,02
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	251.310.056,75	153.239.877,02
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	287.814.942,07	172.734.324,63
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	(36.504.774,32)	(19.494.213,61)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	(111,00)	(234,00)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	251.310.056,75	153.239.877,02
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	252.406.099,02	154.262.045,38

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

3.2.1 Passivo Circulante

Os saldos registrados nas contas de Passivo Circulante referem-se aos depósitos de terceiros, valores restituíveis, decorrente de indenizações e restituições de exercícios anteriores ainda não pagos.

3.2.2 Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido, também chamado de Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os passivos. Os valores encontram-se discriminados no quadro principal do Balanço Patrimonial, trata-se de superavit acumulados de exercícios anteriores.

4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	195.261.968,56	157.055.923,08
TAXAS	195.261.968,56	157.055.923,08
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	195.261.968,56	157.055.923,08
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	19.248.896,16	8.622.478,52
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19.248.896,16	8.622.478,52
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19.248.896,16	8.622.478,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	22.217.081,70	5.094.636,95
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.217.081,70	5.094.636,95
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.217.081,70	5.094.636,95
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	223.155.162,51	167.771.667,70
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	223.155.162,51	167.771.667,70
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	223.155.162,51	167.771.667,70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.716.221,79	920.489,47
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.716.221,79	920.489,47
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.014.148,34	920.489,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	702.073,45	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	461.599.330,72	339.465.195,72

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

O montante de R\$ 223.155.162,51 correspondente às transferências intragovernamentais, decorrente das transferências entre as contas-correntes de arrecadação e contas movimento dentro da mesma Unidade Gestora, representado pela arrecadação de taxas e emolumentos do exercício, saldo do fundo FERC que são transferidos para o FERJ e as deduções de receitas pela transferência para o fundo FUNSEG.

O valor de R\$ 19.248.896,16 indica as receitas de serviços do Convênio com o Banco do Brasil e Indenizações e Restituições. Sendo os rendimentos de aplicação financeira no valor de R\$ 22.217.081,70

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	111,00	234,00
ENCARGOS PATRONAIS	111,00	234,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	111,00	234,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	80.545.625,32	83.167.812,53
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.762.996,87	-
CONSUMO DE MATERIAL	3.762.996,87	-
SERVIÇOS	76.782.628,45	83.167.812,53
DIÁRIAS	557.286,40	213.630,39
SERVIÇOS TERCEIROS - PF	4.694.286,88	2.587.062,02
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	71.531.055,17	80.367.120,12
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	259.659.936,83	187.265.881,31
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	259.659.936,83	187.265.881,31
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	259.659.936,83	187.265.881,31
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	276.450,00	3.994.453,59
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	276.450,00	3.994.453,59
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	276.450,00	3.994.453,59
TRIBUTÁRIAS	65.135,00	35.670,39
CONTRIBUIÇÕES	65.135,00	35.670,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	65.135,00	35.670,39
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.981.892,84	20.127.191,07
INCENTIVOS	928.246,21	627.834,38
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO	928.246,21	627.834,38
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.053.646,63	19.499.356,69
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	22.053.646,63	19.499.356,69
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	363.529.150,99	294.591.242,89
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	98.070.179,73	44.873.952,83

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

As variações diminutivas no valor de 22.053.646,63 representam as indenizações e restituições referentes aos auxílios custeio diligência dos Oficiais de Justiça. E o montante de R\$ 928.246,21 refere-se ao auxílio bolsa de estudo pagos aos servidores do Poder Judiciário.

Do valor das transferências intragovernamentais no montante de R\$ 259.659.936,83, o montante de R\$ 223.155.162,11 correspondente às saídas das receitas arrecadadas de uma conta para outra dentro da mesma Unidade Gestora.

O valor de R\$ 36.403.872,53 representam as transferências patrimoniais concedidas, ou seja, bens adquiridos pelo fundo e transferidos para a Unidade Gestora do Tribunal onde os bens do Poder Judiciário são incorporados, sendo:

BENS TRANSFERIDOS	
Bens Imóveis	11.715.822,01
Bens Intangíveis	2.763.886,00
Bens Móveis	21.924.164,52
TOTAL	36.403.872,53

5 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Os Fluxos de Caixa das Atividades das Operações compreendem a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas, apresentando um valor de R\$ 136.135.274,62

Os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento compreendem a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos, o FERJ apresentou atividades de financiamento no valor de R\$ (37.714.770,98) negativo, indicando que o resultado operacional está financiando os investimentos.

Os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento compreendem a diferença entre as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito e as despesas com amortização da dívida. O IFB não apresentou movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamento durante o período analisado, no FERJ não apresentou movimentação.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos. No ano de 2022, totalizou o valor de R\$ 98.420.403,64

6 – Considerações Finais

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2022, devidamente geradas pelo sistema de Administração Financeira e Orçamentária – SIGEF que foi implantado no ano de 2019, foram geradas de acordo com os princípios e normas que regem a Ciência Contábil.

As demonstrações apresentadas representam os documentos exigidos pela Lei 4.320/64, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sendo divulgadas conforme os anexos da lei, apresentando as colunas referentes ao exercício anterior e atual, evidenciando uma hipótese de analisar a evolução dos dados de um ano para o outro, indicando que estão de acordo com as normas e princípios contábeis aplicado a administração.